

#### MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL CAPITANIA DO PORTO DE PORTIMÃO

#### **DESPACHO N.º 173/2022**

Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE TÍTULO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO EM ÁREA DE JURISDIÇÃO DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA EXPLORAÇÃO E/OU INSTALAÇÃO DE UM APOIO BALNEAR, NA PRAIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA, NO CONCELHO DE SILVES – UNIDADE BALNEAR 08, CONFORME ANÚNCIO N.º 113/2020, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 93, DE 13 DE MAIO.

- **Referência: a)** Procedimento concursal para atribuição de título de utilização privativa do domínio público marítimo em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de um apoio balnear, na Praia de Armação de Pêra, no Concelho de Silves Unidade Balnear 08, conforme anúncio n.º 113/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 93, de 13 de maio e pelo Edital da Capitania do Porto de Portimão n.º 9/2020, de 25 de maio.
  - b) Relatório Final do Júri do Procedimento Concursal, de 2 de setembro de 2021, para atribuição de título de utilização privativa do domínio público marítimo em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de um apoio balnear, na Praia de Armação de Pêra, no Concelho de Silves Unidade Balnear 08, conforme anúncio n.º 113/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 93, de 13 de maio e pelo Edital da Capitania do Porto de Portimão n.º 9/2020, de 25 de maio.

O Capitão do Porto de Portimão, no âmbito do procedimento concursal em referência a), tendo rececionado o Relatório Final identificado em referência b), tendo presente o estabelecido no n.º 3 do artigo 12.º e alínea c) do n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, e para efeitos do exercício do direito de audiência prévia, é projeto a Decisão o seguinte:

- 1. Tendo em atenção o Relatório Final do Júri do Procedimento Concursal, de 2 de setembro de 2021, para atribuição de título de utilização privativa do domínio público marítimo em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de um apoio balnear, na Praia de Armação de Pêra, no Concelho de Silves Unidade Balnear 08, mais concretamente os fundamentos ínsitos no seu ponto referente à Análise de Propostas e as respostas relativas ao exercício do direito de audiência prévia dos candidatos, bem como a respetiva Conclusão e Recomendação Final, com as quais concordo parcialmente discordância quanto à análise da proposta de *Praia da Cova Realizações Turísticas, S.A* e quanto à recomendação final emito **DECLARAÇÃO NO SENTIDO DE NÃO ADJUDICAÇÃO REFERENTE A TITULO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE RECURSOS HIDRICOS** do Procedimento Concursal supra referenciado, com base na seguinte fundamentação:
  - a. Candidato **Praia da Cova Realizações Turísticas, S.A**, «Falta de pagamento de taxa de admissão ao presente procedimento concursal, não reembolsável, para efeitos de cobertura de encargos financeiro-administrativos com a apreciação das propostas no valor de € 88,00 (Oitenta e oito euros) cfr. verba I.3.43 da Tabela I do Anexo do Regulamento dos Serviços Prestados pelos Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima Nacional (Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro). [Junção à proposta de comprovativo de pagamento]», conforme alínea j), do n.º 1, do artigo 9.º, do referido Programa Concursal, devidamente conjugado com a alínea i) do n.º 1 do artigo 13.º, e alíneas b) e c) do artigo 14.º, do referido Programa Concursal, referência a); Nesta decorrência, encontra-se patente a posição discordante deste órgão licenciador em relação ao órgão (técnico-consultivo) Júri, pois, como fundamento, após reexame, por parte do ora signatário,
    - órgão (técnico-consultivo) Júri, pois, como fundamento, após reexame, por parte do ora signatário, constatou-se, no processo (administrativo) respeitante ao identificado procedimento administrativo de atribuição de TUP, a ausência do apontado comprovativo (e requisito de admissão) em causa;
  - b. Candidato **Búzio do Rio, Lda. (data de entrega 03/07/2020)**, «Falta de pagamento de taxa de admissão ao presente procedimento concursal, não reembolsável, para efeitos de cobertura de encargos financeiro-administrativos com a

apreciação das propostas no valor de € 88,00 (Oitenta e oito euros) — cfr. verba I.3.43 da Tabela I do Anexo do Regulamento dos Serviços Prestados pelos Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima Nacional (Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro). [Junção à proposta de comprovativo de pagamento]», conforme alínea j), do n.º 1, do artigo 9.º, do referido Programa Concursal, devidamente conjugado com a alínea i) do n.º 1 do artigo 13.º, e alíneas b) e c) do artigo 14.º, do referido Programa Concursal, referência a) e proposta não admitida conforme n.º 4, do artigo 9.º, do referido Programa Concursal «Os concorrentes apenas podem apresentar uma proposta para a ocupação objeto do concurso, não podendo concorrer simultaneamente a título individual e integrado num agrupamento, sob pena de exclusão, ou apresentar propostas com variantes, pelo que cada concorrente só poderá apresentar uma única proposta.»;

c. Candidato **Búzio do Rio, Lda (data de entrega 26/06/2020)**, - Proposta não admitida conforme n.º 4, do artigo 9.º, do referido Programa Concursal «Os concorrentes apenas podem apresentar uma proposta para a ocupação objeto do concurso, não podendo concorrer simultaneamente a título individual e integrado num agrupamento, sob pena de exclusão, ou apresentar propostas com variantes, pelo que cada concorrente só poderá apresentar uma única proposta.»

#### 2. Presente o que precede:

- a) Nos termos previstos nos artigos 121.º e 122, do Código do Procedimento Administrativo, notifique-se os candidatos para, querendo, exercerem o direito de audiência previa, por forma escrita, prazo não inferior a 10 dias.
- b) Dê-se conhecimento ao respetivo Júri.
- c) À Repartição Marítima desta Capitania do Porto para proceder a regular notificação prevista nos pontos precedentes, bem como a publicitação do invocado Relatório em Anúncio da Capitania do Porto de Portimão a afixar nas respetivas instalações e página eletrónica.
- d) Decorrido o prazo de audiência prévia, sem pronúncia dos candidatos, remeta-se todo o processo ao Município de Silves, nos termos previstos na alínea a) e b) do n.º 3, do artigo 3.º, devidamente conjugado com o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro.

Capitania do Porto de Portimão, 01 de abril 2022.

O Capitão do Porto,

Rodrigo Gonzalez dos Paços Capitão-de-fragata





## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL CAPITANIA DO PORTO DE PORTIMÃO

Procedimento concursal para atribuição de título de utilização privativa do domínio público marítimo, por iniciativa pública, em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de Apoio Balnear na UB08 da Praia de Armação de Pera, no concelho de Silves, publicitado pelo Anúncio n.º 113/2020 de publicado na 2ª série do Diário da República e pelo Edital da Capitania do Porto de Portimão n.º 09/2020, de 24 de junho.

### RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

Ao <b>segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um</b> pelas <b>10h45</b> horas, reuniu por videoconferência, o júri constituído pelos seguintes elementos:				
Dra. Élia Maria Viegas da Silva Guerreiro Cabrita Correia, representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., na qualidade de vogal;				
Dra. Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita, representante da Câmara Municipal de Silves, na qualidade de vogal;				
<b>Dr. Tiago da Silva Benavente</b> assessor jurídico da Direção-Geral da Autoridade Marítima, na qualidade de secretário				
O presidente do júri, CFR M Artur Manuel Simas Silva, da Direção-Geral da Autoridade Marítima, não esteve presente na reunião, tendo sido substituído pelo CTEN ST-EELT António Manuel Barroso Braga, como representante da entidade licenciadora, na qualidade de vogal;				
É objeto de eventual adjudicação a atribuição de título de utilização privativa do domínio público marítimo em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de um Apoio Balnear na UB08 da Praia de Armação de Pera, concelho de Silves				

#### A. PROPOSTAS APRESENTADAS

Conforme documento comprovativo do ato público de abertura das propostas, foram rececionadas propostas dos seguintes concorrentes, os quais se encontram ordenados mediante a ordem de entrada das propostas:





	Lista de Concorrentes					
1º	Buzio do Rio, Lda (Data de entrega 26/06/2020)					
2°	Buzio do Rio, Lda (Data de entrega 03/07/2020)					
3°	Praia da Cova-Realizações Turísticas, S.A.					

## B. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Após proceder a uma análise formal das propostas, o júri admitiu ao procedimento as propostas dos seguintes concorrentes:

a) Praia da Cova-Realizações Turísticas, S.A..

Tendo em atenção o determinado pela subal. ii) da al. b) do n.º 4 do art.º 21.º do Dec. Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, foi objeto de exclusão a seguinte proposta:

- a) do candidato *Buzio do Rio*, *Lda* (Data de entrega 26/06/2020), de acordo com os seguintes fundamentos:
  - Apresentação de mais que uma proposta para a ocupação do objeto do concurso, conforme estabelecido no n.º 4 do art.º 9.º do Programa do Procedimento Concursal.
- b) do candidato *Buzio do Rio*, *Lda* (Data de entrega 03/07/2020), de acordo com os seguintes fundamentos:
  - Não apresentação de comprovativo de taxa de admissão conforme n.º 1 do art.º 9.º, do referido Programa.

## C. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E ORDENAÇÃO DOS CONCORRENTES

Ordenação	N.º de concorrente	Concorrentes	Proposta
1°	3°	Praia da Cova-Realizações Turísticas, S.A.	17.500,00€

South Aut

A representante da APA, I.P., nessa qualidade, apresentou ainda "Declaração de Voto" escrita que se apresenta como Anexo A.

O Presidente, assim como a entidade licenciadora, após rececionarem a mencionada "Declaração de Voto", solicitaram ao secretário, atenta a sua qualidade de consultor jurídico, pronúncia sobre a admissibilidade do documento apresentado.

Nesta sequência, o referido secretário pronunciou-se favoravelmente nos moldes que constam em Anexo B a esta Ata.

A representante da APA, I.P., nessa qualidade, protesta apresentar "Voto Vencido" escrito, que caso existe, será Anexo a este relatório.

# caso / V

## D. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO FINAL

Atenta a ordenação das propostas vertidas no quadro anterior, projeta-se a adjudicação à proposta do concorrente Praia da Cova-Realizações Turísticas, S.A. (NIPC 501 076 751).
Este órgão recomenda a publicitação do presente Relatório em Anuncio pela entidade licenciadora (página eletrónica):
O júri salienta, ainda, caso aplicável, de ressalvar a observação do estabelecido, se aplicável, nos n.ºs 6 e 8 do art.º 21.º do Dec. Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, recomendando, de modo adicional, a publicitação em Anúncio da Capitania do presente Relatório
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão de trabalhos pelas 10h50, lavrou-se o presente relatório final, o qual vai ser assinado pelos elementos do Júri

# <u>o júri</u>

O Presidente

CFR M Artur Manuel Simas Silva

## O Vogal

Dra. Élia Maria Viegas da Silva Guerreiro Cabrita Correia

O Vogal

Dra. Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita

O Vogal

CTEN António Manuel Barroso Braga

O Secretário

Dr. Tiago da Silva Benavente

Sulf

Anexo A - Declaração de Voto

And And



Ø

Declaração de Voto referente ao procedimento concursal para atribuição de título de utilização privativa do domínio público marítimo, por iniciativa pública, em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de Apoio Balnear na UB08 da Praia de Armação de Pera, no concelho de Silves, publicitado pelo Anúncio n.º 113/2020 de publicado na 2ª série do Diário da República e pelo Edital da Capitania do Porto de Portimão n.º 09/2020, de 24 de junho – Relatório Final

Votei contra a proposta de adjudicação porquanto:
A proposta de adjudicação funda-se exclusivamente no disposto na al. a) do n.º 2 do art.º 12.º e no n.º 1
do art.º 17.º do programa concursal
Estabelecem tais articulados, respetivamente, uma dupla contrapartida devida pelo uso privativo do
DPM e um critério de seleção determinante em função do montante proposto pelos candidatos em
cumprimento daquela exigência de prestação extra e singela
Se o pagamento a que se reportam os mencionados articulados corresponde a uma taxa, como parece
indiciar o segundo parágrafo da al. a) do n.º 2 do art.º 12.º do Programa de Concurso, estamos perante
uma dupla tributação que o nosso ordenamento jurídico proíbe em matéria de taxas
Se, ao invés, se pretende que seja um preço, tal colide com a natureza do objeto do concurso
Estando em causa um bem que por essência pertence à dominialidade pública do Estado, e portanto não
pode ser objeto de oferta e procura, a contrapartida pela sua utilização privativa reveste necessariamente
a natureza de taxa
É de lei (e a Doutrina e Jurisprudência são unânimes) que a utilização privativa do DPH está sujeita ao
pagamento de uma taxa e não de um preço (DL 280/2007, art.º 28º, Lei 58/2005, artºs 67º, 68º e 78º e
DL 97/2008)
Por força do princípio da legalidade estrita que enforma a actividade da Administração Pública, está-lhe
vedada a cobrança de outra qualquer contrapartida que não a que se encontra prevista na lei
Ademais, constituindo a taxa a contrapartida da concessão de uma vantagem ou benefício, não é
admissível um duplo pagamento pelo mesmo benefício
Diferente seria se os fatores e sub-fatores de valoração das propostas, para efeitos de escolha do
concessionário, remetessem para investimentos atinentes à proteção do ambiente e natureza, à qualidade
e versatilidade dos equipamentos e serviços a prestar, à sua integração no território e no tecido
económico local ou regional, isto é, um investimento associado directa ou indirectamente à melhoria da
prestação do serviço para o qual se atribui o título de utilização privativa, o que não é o caso

Dra. Élia Maria Viegas da Silva Guerreiro Cabrita Correia Representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. Anexo B - Comentário



Assunto:

Procedimento concursal para atribuição de título de utilização privativa do dominio público marítimo, por iniciativa pública, em área de jurisdição da autoridade marítima para exploração e/ou instalação de Apoio Balnear na UB08 da Praia de Armação de Pera, no concelho de Silves, publicitado pelo Anúncio n.º 113/2020 de publicado na 2ª série do Diário da República e pelo Edital da Capitania do Porto de Portimão n.º 09/2020, de 24 de junho.

No ambito do assunto em epígrafe, TLAGO DA SILVA BENAVENTE. Técnico Superior , no caso concreto, no exercício de funcões de Secretário no procedimento em "Lounto" melhor identificado, caso resposta a solicitação do Presidente e membros do respetivo Juri, ocorrida em ámbito de sessão em contexto de Relatorio Preliminar, em especial, observando o teor da "Decenicia de Loui" apresentada por vogal representada da Loui" apresentada por vogal representada da Loui".

- 1. Como anotação prêvia que como nota de natureza mais pessoal) à "Declaração de Voto" apresentada atapeato ter presente que, no entendimento do ora signatário, atendendo à conduta do referenciado vogal e correspondentes do órgão (representado) convidado pela entidade licenciadora— e nato desconsidera atendencia de imposição legal para realizar tal convite para integrar o órgão consultivo em apreco— a montra procedimentos precedentes de semelhante natureza— nunca manifestando o posicionamento vertido os mencionada. Declaração —, o posicionamento ora declarado surgira na sequencia de continuexoco de 1.1.3. C.O.M. 3.— Touciado dos Indiotriais e Nomentos Concesionários dos Prato da Oria Morteca do 1.1.0. promovidas junto de órgãos inseridos na tituela do Ambiente, a suscitar a problemança em procedimentos de hecuciamento da iniciativa da Capitania do Porto de Portimão:
  - Noste comiexio, acrescente-se, de igual modo, como conjunto de anotacoes prévias, a Capitania do Porto de Portuna. A seja na sua qualidade de entidade heenciadora, quer enquanto entidade competente para a matema na anotacida da dominio público maritimo (177) fefir, entre outras disposições e diplomas legares estabelecido na alear do n.º 8 do art. 13.º do Decreto-Lei (Decelei) n.º 44/2002, de 2 de marco, na sua artado redação) e tomando como data de referência a publicitação dos procedimentos em apreco, não receptora se spualquer comunicação da AISCOMA, considerando inclusive a multiplicidade de matérias que tal conhada possua competencias a apenas conhecendo a intervenção da referenciada organização junto de cortos accomandimensimativos não inscridos na estrutura orgânica na qual se insere a entidade hecticiadora.
- Alias, como anotacio prevía final, o ora signatário denota que a referenciada Associacao alias, subhimanos se, desde logo, da qual não é percetivel quais os seus associados e, portanto, representatividade aliade preocupações com elementos inerentes aos procedimentos iniciados por este orgão, porem, na comunicação dirigida aqueloutros, aparenta possuir maiores preocupações com os recursos humanos da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, do que com os alegados representados ou, inclusivamente, expressado igual constrangimentos junto das Camaras Municipais na sua qualidade de (tuturas) entidades hecitoadoras nos acimes do Dec. Lei n.º 9º / 2018, de 2º de novembro -, inclusivamente, em fase de esclarecimentos defunda no aplicax es Programas dos Procedimentos publicitados pelos acima identificados anúncios:
- Mas, considerando o verido na referenciada declaração de voto, importa ter presente que e a cinidade componente para, no caso concreto, das ocupações temporárias a que se referem os nãos 1 e 2 do art. 63 do Dec 4.0 n.º 226 \(\lambda\) 200°, de 31 de maio, que compete a definição dos criterios de escolha, vide, neste sentido, entre outros, o estabelecido na al, a) do n.º 4 do art. 21.º do referido diploma que ora se transcreve (2.00 na retremental activa remitar de militar fundida do referido diploma que ora se transcreve (2.00 na retremental activa remitar de militar fundida do referido diploma que ora se transcreve (2.00 na retremental activa na retremental activa na retremental activa na retremental de militar de

(in)

4

outres procedimentos concuesais, a ARII Aga fa tenha, cumpre ora reconhecer, expressado tal prescupa so omissiva no ámbito da delinição de entérios a empregar em tais procedimentos - apesar de, relativamente a de Gresia des Pinias Antriums do moco Ovar-Marinha Cirandes. Assim, não é entendir el a reterencia a carda est gepulannende Sestao das Parai daride, por exemplo, para para l'un oblem de Costao dara 25,7 do Bepolano uno g densitie adores daqueles programas, nomeadamente, atento o espaco em causa, nos comunente deneminado 1 RPSOFF, approvida pola Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - e, mais apropriadamente, nos instrumente mennida pela Lei de Bases Cieniis de Política Pública de Solos, de Ordenanremo do Termono e de Urbanamo samedor els sanishisor (1509) guorsol) gli() gli samengor( (2020)) son glicalique ourantique or qo sail?

34-11-35 LTu2, 36 ",a is.1-29Ct ob soviendo, anavoles LT. AAA k subitornos sucinassoriza sasinasorinos qualitade competente para o mencionado ficonciamento 👉 tendo presente a Lei da Agua, bem como as rise e cinose e oriog ob empiro de originale de sempre consultada pelo Capitao do Porto e atenta a sua Dec. Let n.º 226-1/2007, de 34 de mato, que, apesar de ser omisso, no referido preceno legal, quanto a uma ob - [34,55 to 37] obragiqa a moo - [3,5] ara ob sovrancimente, amendamente, amenda a grand large-soord sent are contention abranguess sessiments of plantage, or minimized by a content. Jestin, cumpre escharecer que a paracapação da Apéneia Portuguesa do Ambiente, LP. भूकतामुख्याम् एव भू tsouod sob səriide yəp omot

assenhado, para tal desiderato, em momento prévio à publichação dos procedimentos - e, por conseguinte, da com os nabalhadores da Capitania do Portos - junto a entidades que não a competente herrencidora whise ontoes elettion qualques dentines a cata Autoridade Martinia Local, nent seques se preoculous is munital and ALCOMIA and assure my solved innernes former and a pela. ALCOMIA and a minimum is muritical and Prana da Rocha, a útulo ilustrauvo, no ano civil de 2018, que govaram de ampla difusao medianca. Por pares de refereo termonal (por exemplo, milivacoes pravativas miraestruturadas de cariter permanente  $\gamma$  an  $h_{\rm PS} < \mu_{
m T}$ ere an ecacq ergolian zeursmilbsverq ab oridrañ on sestuvios ab samagert zob zofránte ab on mitab a casq de outras cundades na chaboração dos mesmos - aliás, esta entidade, em montento algum, tem sido nescritoro 🖊 🗠 i crimbide nao deten naquete acerro legal, norma expressa que estabeleca a obrigamendade de parnojo 🗠 Design moder tendo presente o enquadramento legal supra expendido, no concernente, em especial, sos errectos.arphi

 $\omega$  determine de 2011, no Proce n " 0.544, C.  $L_{c}$  ", 0.56 or 0.54 with the straight of 0.54to the first opening the Art of the appropriate (C.P. (...) The Artifician Administrative Solid Artificial Administrative Solid Artificial Administrative Solid Artificial Administrative Solid Artificial Artifi a vinte 1 de la monda (vi) sonidid sommod sob ogibod (D) on obshiga i ofm oralis oracion viva Alust unporter também, ter presente que, quanto aos procedimentos em acausa, "(1,1,1) O regisse da cala de mass detinica o dos aplicár els Programas - as emidades, entare, promotoras dos procedimentos:

objective of transferencia de competências mstituido, em especial, pelo Decolos 🔍 "2018, do 🗈 " de 🖰 🖰 ra menungos bot omnos origas et apas brosseitanga bot, entragos municipase abos assumero que combocencae Com efeito, for essa a conduta prossegueda por este órgão, que tere, ainda, em consideração os procedimenos rapidible exagnisition of a society of some an entire control of the control of t

ричысь» эблогляны qibiquusis esbecipicos dusine элляяь с блосочиюное че сорганся quamensus салларись сал межном ор земпемый орогиции ар онцыр на явимующию шоо 'soybio souno anh оригарыноссор ос сен perrodicidade anual, das taxas liquidadas tendo presente a tentao, verificável) tipologia de utilização pris auxa mee nemados e 800£ 70 "n est opreset ette relibit warm och varanat e varana, entgest e 9-11 eb or andrur, ab oursenthoserf ob irmingerff barailgr ob obthoirm on obtrivitys omes hi alriminataly req obtai por nao terem sido apresentadas - , aláis, o que ocorre e a cobranca de um calor interal acrese ido - त्रोत्तर, cateul clo 19. — шехьчетил я ябряда *дирул илинулы —* desconhecende se я фонтина е јингрумденув ил осадъя на 15 серга со

ះរជាសិទ្យា apadic

фисторос в годинанся Упиния, нао se resumindo a una mera suistação de interesses privatentes. que o procedimento objeto de questoes, foi intelado tendo por base as premissas actina mencionadas, de mado  $\mu$ upic $\mu$ e uso cedendo oa dando qualquer upo de primaxia de outra upologia de auilores tace aquelouros,  $\mu$ elos tornos de procedimentos de naturera concursal, arribando primaras a salvagiarda da vida humana e do sen actuacao: bxoctuzi aezegutxa, o juterceze público: e adoptou utxa conduta de transparencia e obtenvadade cucComo anorarao adicional, e parecer de que a Amoridade Alarinina Local, e como prarejon nanscenta a se Local 🗵 сонисло де доз сорарожено изинисюца таришизилили якороа Ілоболіз по зенидо дз ст сриштел 🥶 sur a tremenhas en anh a : arriogos becaros bossaram nas cariçãos - boa exembjos, asoquira, on arrivas sagar

urantesargo obostero a essa abojonia de enteros janto de Capinanas dos Portos que, abe, entra em procedimento eo se operare sugar omino a obtainp til en ome a cola sup a metheliat abalestin shalith a luotita se esap a na torso co бе с это 1 гразная Уберуно по Урмар оружногу оружируских инт у орог чунийнах по чуту останяю с орус д осе с е ж

100077000 tand rassoppiasi tarapadistrias ap rajaris op ragopi nard saysadard sap antigari, op sviagn $_{
m color}$   $a_{
m color}$ 

 $_{\odot}$  ) and the continues of the contraction of the continue of the continues of  $O(N_{\odot})$  . The  $O(N_{\odot})$ beronnum ber consconunci estraupus-sei uberai u entafratu teutigo qu juqieuqu ussociutuot

adactive principal as procuring opening de districtionariedade também mercenada en releventada imples, concreto e linear, bem como operabação têma para os equipamentos consubstanciadores das aludidas to amplantante publicatado, inclusivo, em página detrónica da entidade heciteradora 🧳 definin um cracio omandade hemenendora apo consulta a virias emidade – e não descurindo que o programa do procedimento r terreme ens se appuodsoa noarioad onb omourpoond uir omrad topiquenia uu tobo o *отруге су сегеност* tenistatorica de combetoneias bara os inmicibios duanto a genuero de caterios dar e*toria a a c* llins." Grupo Parlamentar do Parido Comunista Portugués alegara, entac, no ambito do processo de да хомсто тилибелада на тейстенија Dechancao — ет 2017 – год 20 до опшћао — ет регонир дна еду —

 $\lambda$  final, compare penderal properties associated in serious and anticonstant desires signal and a serious  $\lambda_{max}$ 

de heanen e dine befo vistos, privee ser da preferência de determinados interesses estrumas organis viva 🕬 si chiminando a subjenvidade que era amiñide apontada ao amerior modelo de procedimento de arabas. 👵

tso ancus naupi abicominados no deste orgao, procurando se portanto, harmoninar procedimentos com outros organis--систинульный з визимыйног иют телири развинину систем байсь больно дой вришог косто с систем с динести.

t> v out eleact and consultar novidade a opeaco ora adoptada por esta entidade, muno pelo contrario, apenas v at de

rentituring esopratelitatibe no/o orthitible eortaio? o containge? zenaune? Portuguesa do Ambienie,  $\Omega_{s}$  Doespeses  $\sim$  Portos e Lotas,  $Z_{s}$  evou DGBAFDirectio-Cerif de Recursonatural, presente em procedimentos concursas de arribuição de 14 P em DPM, nomendamente. Vectora ылындаг абыйг ясонданда обоос эторычдаг бол ындачдэг сош сондогдын этирога с qc поэр

 $\Box$  >cste cadaadaamento, campre, anida, ter manifestar que os provedimento em causa, e eventuas alto e  $\sim$ c to the regarding that the top

ocer in a manger maasi ee agaaarigiroo in magalaay agaaligaban maal agaaliga waxa in agaay ee analiga wa 🐭 , « эт этэгэ — хэээр ( ча газах хургийр йнгусу) тун хий хийг харгизүйгийг тужх муйс эйс хүр бүсгүү тэг эт.

्र । ५ - १ - १ - व्यक्तातुम् ( क्युमपाकश्यः ४५ वकाक् भवाको भवाव क् क्युमप्रधामा १६वमाम्-वर्गः । ४ वक्तः स्व व s sorture), signi altramiantoro instagrados de principa de proposta continuada en al fisis obtinos santos ob ocados a Lepipamentos control. Analpdila no qual consta a findo de dustracas, o seguinte: "...." poses o de desprincipal a and sology coolsett, "somental somental communitation (Annigh Annihle Chinds Arquindim as quit HOLOVEDLE PROPERLIES TO PREPORTED AS TO A SOLUTION OF THE SOLUTION OF SOLD

ACT TO ZOTA BUILD BUILD BOOK OF A PART AND A CONTRACT OF STATE OF OF STREET BY A VIEW CRITICAL ISSUED OF PROCESSION CONCERS IN PRINCE OF A SHEET OF CONCERS IN PROCESSION OF THE STREET OF THE SHEET OF THE STREET OF THE STRE contractive logo, are consuleraced a qualidade de Autoridade Sacional da Agua da AAA (A. L. C. documento) 11 - Como nota complementar, para a definicao dos entérios, esta entidade licenciadora, tambent, tem em boa conta



Face ao exposto e na expetativa que as informações aqui prestadas tenham comribudo para uma melhor compreensão sobre este assunto, encontrando se o ora signatário ao seu dispor para os demais esclarecimentos que considere necessarios.

To de nilho de 2020

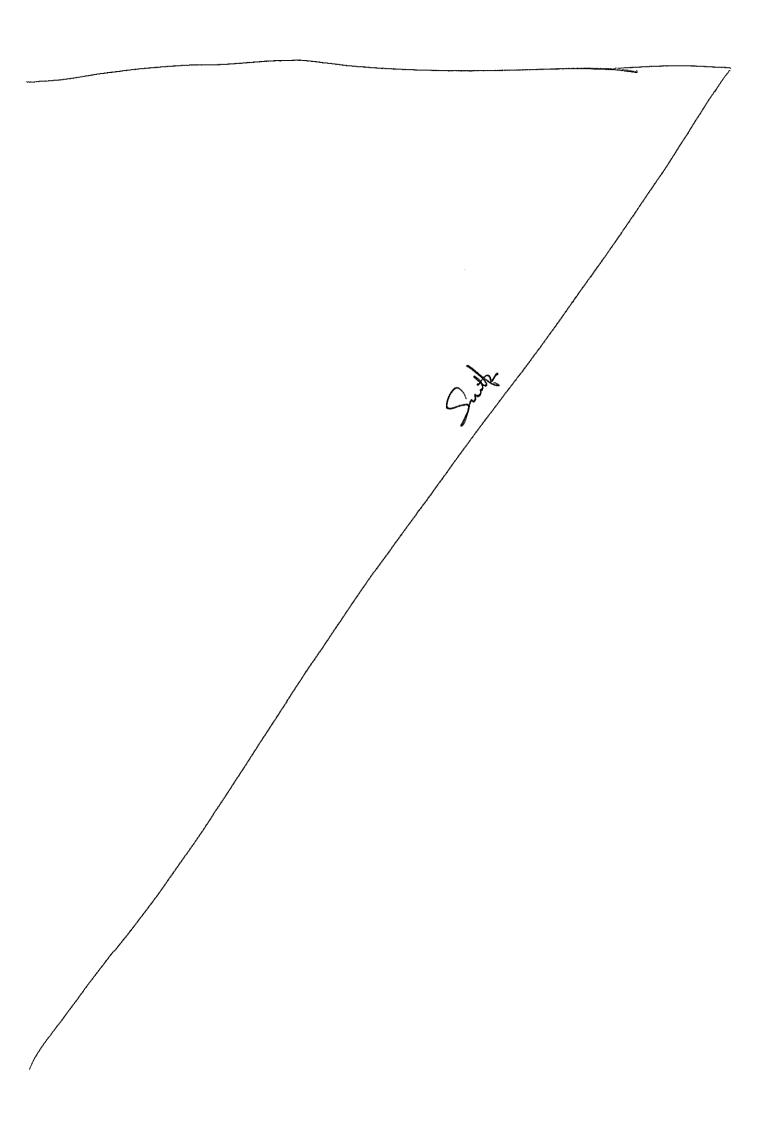
O SECRETÁRIO

Tiago da Silva Benavente

H

Any

Ni y



S. R.

DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DE PORTIMÃO
MAN. MO. 1000 Mondo (a)

Ad

Sig

house de fumatrice

Sua	referê	ncia	

Nossa referência: mencionadas no corpo do texto

Data:

N.º :

**Processo:** Anúncio (extrato) n.º 113/2020, Diário da República n.º 93/2020, Série II de 2020-05-13

Assunto:

RECUSA DE ASSINATURA [RELATÓRIO FINAL. procedimentos administrativo

Concursal para instalação de diversos apoios balneares no concelho de Silves.]

I	Resultad	o da Diligência 1	Positiva		2 X	Negativa
II	Dados d	o Procedimento				
3	Número	Anúncio (extrato) n.º	113/2020, Diário da Re	pública n.º 93/2020	, Série I	I de 2020-05-13, nomeadamente, os
		Relatórios Finais dos	procedimentos (e sessões	) – num total de 4 (q	uatro) - i	nfra indicados:
	Ì	a) Procedimento pa	ra atribuição de título de	utilização privativa	do dom	ínio público marítimo, por iniciativa
		pública, em área	de jurisdição da autorida	de marítima para exp	loração	e/ou instalação de Apoio Balnear na
		UB06 da Praia de	Armação de Pera, no cor	icelho de Silves, publ	icitado p	pelo Anúncio n.º 113/2020 de publicado
	1	na 2º série do Diári	o da República e pelo Edital	da Capitania do Porto c	le Portim	ão n.º 09/2020, de 24 de junho, de sessão
			02.de setembro de 2021;			e green , man man man man
		b) Procedimento para	afribuição de título de utiliza	cão privativa do domín	io público	marítimo, por iniciativa pública, em área
		Armacão de Pora	no concelho de Silveo ani	pioração e/ou instais	ição de . 0 112 :	Apoio Balnear na UB07 da Praia de
		da República e pele	Edital da Canitagia do Poet	oncuado peio Anunci	020 Je 2 036 Just	/2020 de publicado na 2º série do Diário 4 de junho, de sessão com realização aos
		02 de setembro de	2021:	or de Fortunao (i. 1997)	wan, ac a	es de junto, de sessão com realização aos
			•	utilização privativa	do domi	ínio público marítimo, por iniciativa
		pública, em área	de jurisdição da autoridão	le maritima para exp	loração	c/ou instalação de Apoio Balnear na
		UB08 da Praia de	Armação de Pera, no con-	celho de Silves, public	zitado pe	lo Anúncio n.º 113/2020 de publicado
		na 2ª série do Diári	o da República e pelo Edital	da Capitania do Porto c	le Portimi	ão n.º 09/2020, de 24 de junho, de sessão
		com ocorrência aos	02 de setembro de 2021; 💽			**************************************
		d) Procedimento para	atribuição de título de	utilização privativa o	lo domí	uio público marítimo, por iniciativa
		pública, em área	de jurisdição da autorida	le marítima para exp	loração	e/ou instalação de Apoio Recreativo
	3 9.4	entre a UBUZ e UE	903 da Prata de Armação d	Pera, no concelho d	e Silves, <sub>l</sub>	publicitado pelo Anúncio n.º 113/2020
	***. *** *. ye.		r, serie do 1914 no da Republi 108 02 de setembro de 2021.	n e pelo Edital da Capi	tanta do I	Porto de Portimão n." 09/2020, de 24 de
4.	·Outros	t / . » * *	* 8 setembro de 2021.			
	dados	a) Notificação (po	r via eletrónica) aos 27 de jâneir	î de 2022 (21:52);		
			rial na Capitania do Porto, de Pe		de 2022 (	11:00);
			r via eletrónica) aos 11 de tevere		1 . 15	
	**************************************	d) Existência de ac	cao administrativa Proc. Cautel	w n." 502/20.0BIGELIC Re	q. Junta Pr	reguesia de Armação de Pera e Outros.
	<u> </u>	,	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	.=		

III Dados da Notificação							
5	Data	Notificação (por via eletrónica) aos 11 de fevereiro de 2022 (15:23);, entre outros contatos intermédios por via telefónica e presencial.	, ,	Meio	Via eletrónica; presencial e telefónica.		

IV	Info	ormações Complementares
7	X	O requerido apontou motivos justificantes para a recusa.
8		O requerido não recepcionou notificação para a prática de ato/conduta.
9	Х	Outros motivos.

<u>v</u>	<u>Dados Complementares</u>
10	
	Como esclarecimento aos pontos 7. e 9. do campo precedente, cumpre referenciar, em especial, o seguinte:
	a) Aos 23 de setembro de 2021 (11:39), por via eletrónica, o representante da APA, IP (ARHAIg) comunicou pretensão de alteração
	do reportado nos Relatórios projetados acima identificados, no sentido de alteração de deliberação não ocorrida e sem acordo dos restantes elementos;
	b) Aos 11 de fevereiro de 2022, em reunião presencial na Cap.P.Portimão, foi concedida a possibilidade do representante da APA,
	IP (ARHAlg) apresentar Declaração de Voto de Voncido, sem menção no texto referente ao Relatório Final;
	<ul> <li>¿) Proposta supra apontada foi recusada, no decurso da reunião, pelo aludido representante;</li> </ul>
	D entendimento do Secretário mereceu a concordância do Exm.º Senhor Presidente do Júri dos procedimentos em causa e outros
	elementos que já tinham demonstrado acordo com os projetos de Relatórios acima indicados;
	e) Os procedimentos em causa têm-se protelado no tempo devido à apontada conduta do indicado representante.
	Neste enquadramento, após múltiplas diligências, verifica-se, portanto, a ausência de assinatura dos supra mencionados Relatórios Finais por parte do representante da APA, IP (ARHAIg) [Dra. Élia Maria Viegas da Silva Guerreiro Cabrita Correia]

VI	Distribuição	do Auto
12	Entidade(s):	Presidente do Júri dos Procedimentos acima identificados.

VII	Assinatur	as o	<u>Identificação</u>	<u>Data</u>
13	Redator do Auto	Typ he Ila Jeans	12410222 (Ca.Cd)	24 feverer- 2022
14	Testemunha	AMOND COMM DEVIOD DAGE	08753870 (C. C.T.)	24 Fayawar 2022
15	Testemunha	<u> </u>	,	
			1000	

VIII	<u>Decisão</u>	
16	Entidade	O ferendante do prim
17	Comunicação	1. Concodo Como o republido.  2. Atronimo o Sequinti:  af Como se integne o premie anto à ata dos repetiros procedimentos administrativos de atibilizar  de trop identificatos.  b) Prosseguir como os tranites subsequeles dos procedimento em causa.
18	Assinatura/Data	L. CFR H

LX	Outras Intormações/ocorrencias
19	The state of the s
Market Line	

